

**Nº 66**

---

**PNAD 2009 - Primeiras análises:  
Situação da educação brasileira -  
avanços e problemas**

18 de novembro de 2010



**Governo Federal**  
**Secretaria de Assuntos Estratégicos da**  
**Presidência da República**  
**Ministro Samuel Pinheiro Guimarães Neto**

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Presidente**  
Marcio Pochmann

**Diretor de Desenvolvimento Institucional**  
Fernando Ferreira

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais**  
Mário Lisboa Theodoro

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**  
José Celso Pereira Cardoso Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**  
João Sicsú

**Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**  
Liana Maria da Frota Carleial

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura**  
Márcio Wohlers de Almeida

**Diretor de Estudos e Políticas Sociais**  
Jorge Abrahão de Castro

**Chefe de Gabinete**  
Pérsio Marco Antonio Davison

**Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação**  
Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>  
Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

## **Comunicados do Ipea**

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados da Presidência* e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

## Introdução

O presente Comunicado<sup>1</sup> dá continuidade à série de análises do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) e traz uma análise da evolução da educação no Brasil no período de 1992 a 2009, além de um quadro mais detalhado da atual situação da escolarização da população brasileira.

A educação, tendo como uma de suas formas de atuação mais importantes a escolarização, é um fator capaz de desenvolver nos indivíduos suas potencialidades ao permitir o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, como previsto na Constituição de 1988. Quando disseminada de forma universal e com boa qualidade, é um dos mais importantes mecanismos para a promoção de oportunidades entre membros de um país. É também um fator fundamental para o progresso de uma coletividade e fator preponderante no desenvolvimento econômico e social. É ainda mais importante em situações de alta desigualdade, quando ganham maior relevo as responsabilidades do poder público.

No Brasil, assim como nos países mais desenvolvidos, a educação é parte integrante das políticas sociais e parte do núcleo do sistema de promoção social por sua capacidade de ampliar as oportunidades e resultados para os indivíduos e famílias, além de ser elemento estratégico para o desenvolvimento econômico. Por isso, absorve grande quantidade de recursos públicos. Mais recentemente, ocorreram no País avanços importantes na ampliação do acesso a todos os níveis e modalidades educacionais, chegando à universalização do acesso ao ensino fundamental. A baixa escolaridade média da população e a desigualdade reinante ainda são, no entanto, graves problemas, o que mantém na pauta das discussões políticas e econômicas a necessidade de universalização da educação básica e de melhoria da qualidade da educação, bem como a eliminação do analfabetismo, com inevitáveis impactos de longo prazo para a área.

É, portanto, de grande importância identificar os avanços e os problemas existentes nas condições educacionais dos brasileiros. Nesta direção é que este trabalho procura delinear, a partir dos dados da PNAD, a evolução e a situação atual da educação da

---

<sup>1</sup> Participou da elaboração deste comunicado o diretor de Estudos e Políticas Sociais do **Ipea**, Jorge Abrahão de Castro.

população brasileira e apontar como isso pode servir de subsídio à discussão e formulação de políticas públicas.

Para esse fim, primeiro analisa-se a evolução e atual situação, considerando algumas categorias selecionadas, da média de anos de estudo (escolarização) da população de 15 anos ou mais, que é um dos indicadores utilizados internacionalmente para verificar a situação educacional de determinado país ou região. Apresenta-se, ainda, um novo indicador denominado de hiato educacional, que mede a quantidade média de anos de estudos que faltam aos brasileiros que estão abaixo da meta da educação. Em seguida, dimensiona-se e analisa-se a situação do analfabetismo. Por último, procura-se qualificar o acesso à escolarização que ocorreu no período, permitindo, em todos os níveis e modalidades de ensino, traçar um perfil tanto dos sucessos quanto dos fracassos verificados no sistema. Os indicadores são analisados com ênfase na situação educacional brasileira, segundo recortes de renda, localização (urbano/rural), região, cor ou raça e sexo.

## **1. Média de anos de estudo da população brasileira**

A população brasileira 15 anos ou mais de idade atingiu, em 2009, a média de cerca de 7,5 anos de estudo<sup>2</sup>. A evolução desse indicador apresentada na Tabela 1A, anexa, revela que no período examinado (1992 a 2009) ocorreu uma ampliação de cerca de 0,14 ano de estudo ao ano na média. Com isso, levou-se 17 anos para ampliar em 2,3 anos a média de anos de estudo da população. Considerando-se essa taxa anual de crescimento, faltam, ainda, cerca de cinco anos para se atingir, em média, a escolaridade originalmente prevista na Constituição Federal, (ensino fundamental ou 8 anos de estudo).

Essa taxa de crescimento, no entanto, não é a mesma quando se consideram as regiões (Gráfico 1). A região Centro-Oeste, por exemplo, cresceu anualmente cerca de 0,19 ano, enquanto na região Norte o crescimento anual foi de apenas 0,10 ano. Com isso, em 2009, os extremos são as regiões Sudeste (8,2 anos) e Nordeste (6,3 anos). O diferencial entre essas regiões vem se mantendo desde o início da série em cerca de 2 anos. Desse

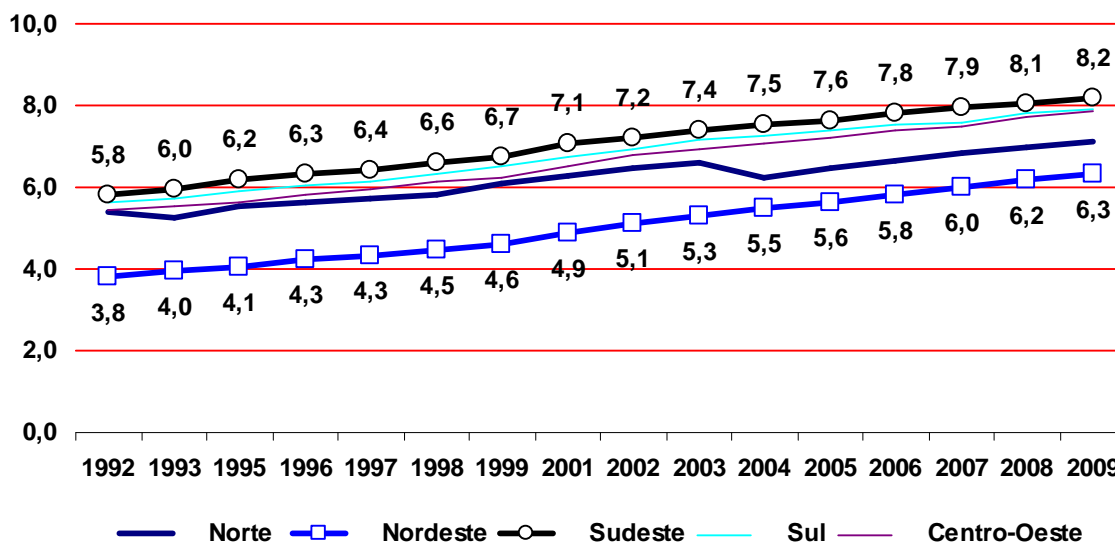
---

<sup>2</sup> Anos de estudo (grau de instrução): a classificação segundo os anos de estudo foi obtida em razão da série e do grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. A correspondência foi feita de forma que cada série concluída com aprovação correspondesse a um ano de estudo. As pessoas que não declararam a série e o grau e as que apresentaram informações incompletas ou que não permitissem a sua classificação foram reunidas no grupo de anos de estudo "não determinados ou sem declaração".

modo, apenas a primeira região ultrapassou, em termos médios, a escolarização mínima estabelecida pela Constituição Federal de 1988 (8 anos de estudos).

### Gráfico 1

**Evolução da média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade por Região, 1992 – 2009**



Fonte: PNAD/IBGE

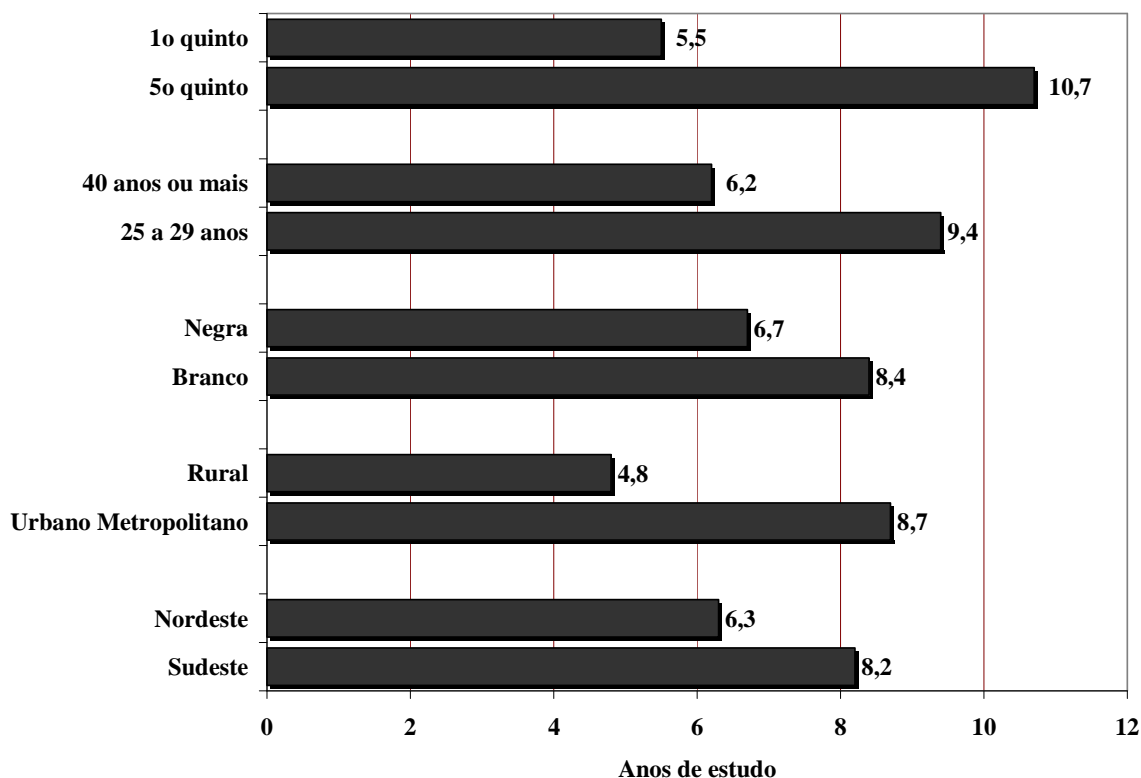
Elaboração: Disoc/Ipea

Nota: A PNAD não foi realizada em 1994 e em 2000

Existem diferenciais bastante expressivos, também, quando se observa esse indicador levando em consideração algumas características selecionadas (Gráfico 2). Na categoria localização, a população urbana/metropolitana tem, na média, 3,9 anos de estudo a mais que a população rural, atingindo 8,7 anos de estudo. No quesito cor/raça observa-se que os negros tem menos 1,7 ano de estudo, em média, que os brancos.

## Gráfico 2

Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade por categorias selecionadas, 2009



Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: Disoc/Ipea

Sabe-se que o número médio de anos de estudo ainda se encontra em um patamar bastante insatisfatório devido à elevada proporção de analfabetos entre adultos e idosos e à baixa escolarização desses cortes. Observa-se, ainda no Gráfico 2, que a população com mais de 40 anos tem, em média, 6,2 anos de estudo, enquanto a população de 25 a 29 anos chega a 9,4 anos de estudo, ou seja, 3,2 anos a mais.

Outra forma de verificar a existência de desigualdades na educação é comparar o acúmulo de escolarização entre ricos e pobres. Para tanto, um dos procedimentos mais simples e usuais é perfilar a população na faixa etária em foco, de forma crescente, de acordo com renda, ou seja: do mais pobre para o mais rico. Em seguida, reparte-se a população em partes iguais – utiliza-se neste trabalho a divisão em cinco partes iguais

(quintos) –, que podem ser comparadas. O primeiro quinto (o mais pobre) e o último quinto (o mais rico) são utilizados para comparação.

Como mostra o Gráfico 2, aqueles se encontram no primeiro quinto têm, em média, 5,5 anos de estudo, enquanto os que se encontram no último quinto estudaram 10,7 anos, uma diferença de 5,2 anos entre os mais ricos e os mais pobres. Os resultados detalhados estão na Tabela 2A, em anexo, que mostra como as diferenças de renda impactam na escolarização da população.

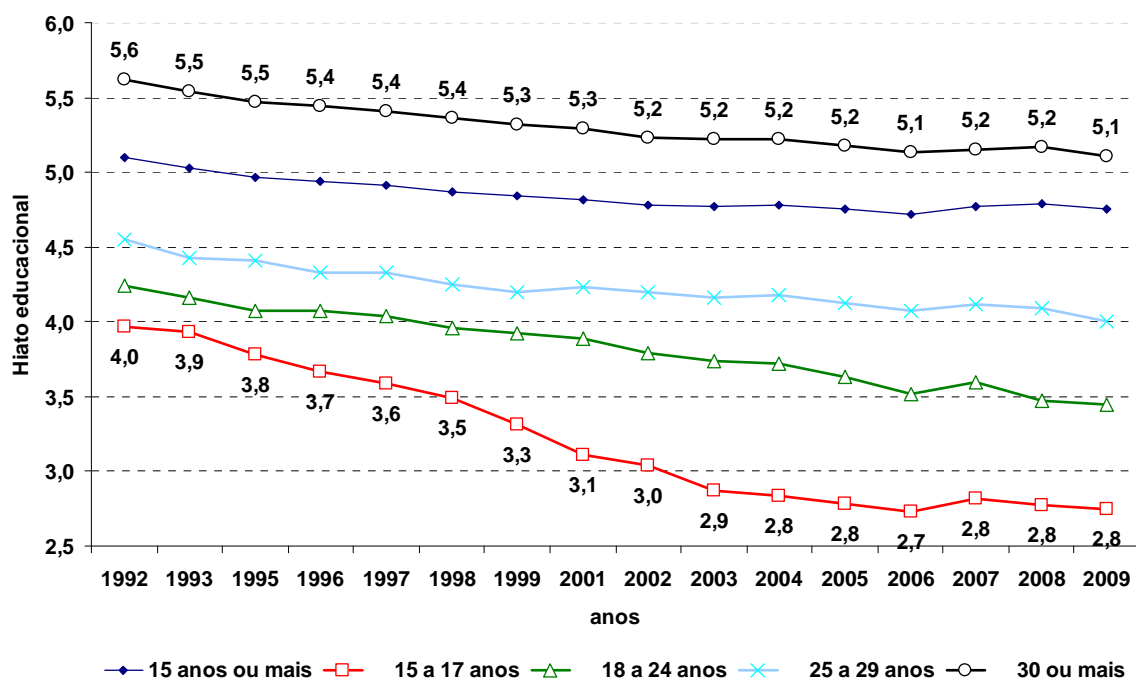
A renda é tão determinante que esse tipo de situação é verificado para qualquer categoria, ou seja, independentemente da categoria selecionada, os mais ricos sempre estão em melhor situação do que os mais pobres. Apenas na área rural o indicador para os mais ricos está abaixo da escolarização prevista no texto constitucional. Enquanto isso, os mais pobres não atingem o mínimo recomendado em nenhuma categoria. No caso da localização, observa-se, ainda, forte diferenciação, com os mais ricos no meio urbano tendo cerca de 3,9 anos de estudo a mais que os mais ricos do meio rural, Já para os mais pobres nos dois meios, a diferença é de 1,8 ano de estudo.

### **1.1. O hiato educacional**

Outra forma de medir a situação da educação dos brasileiros é o indicador que denominamos hiato educacional. Este indicador mede a quantidade de anos de estudos que, em média, faltam aos brasileiros que estão abaixo da meta da educação (8 anos de estudo) para atingir essa meta. No Gráfico 3, os dados estão dispostos por faixa etária.

### Gráfico 3

#### Hiato educacional em anos de estudo e por idade, 1992 – 2009



Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: Disoc/Ipea

O Gráfico 3 mostra que o hiato ainda é grande, mas que houve avanços em todas as faixas etárias, com evoluções diferentes. Observa-se que quanto mais alta é a idade selecionada menor é a queda do hiato. Por exemplo, para a população com mais 30 anos ou mais, o hiato saiu de 5,6 para 5,1 anos (o valor indica que esta população não atingiu nem metade da meta). Na população de 15 a 17 anos, o hiato, apesar de ainda ser bastante expressivo, caiu de 4 (metade da meta) para 2,8 anos de estudo, número que se mantém praticamente o mesmo desde o ano de 2004. Esse hiato revela a dificuldade dos alunos de concluir, no tempo adequado, seus estudos, o que remete aos problemas da repetência e da evasão escolar.

Ampliar o acesso a cursos na modalidade de educação de jovens e adultos aos segmentos populacionais de maior idade implicará aceleração do crescimento da escolaridade média da população brasileira. Assegurar a conclusão do ensino fundamental a todos os brasileiros na idade adequada (meta que integra o compromisso do governo brasileiro no âmbito dos Objetivos do Milênio), no entanto, poderá favorecer a progressiva obrigatoriedade do ensino médio, prevista na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação



Nacional. Nesse sentido, a elevação do número médio de anos de estudo da população brasileira a um patamar minimamente aceitável, dependerá, em grande medida, dos avanços que forem logrados no âmbito da educação de jovens e adultos e da universalização da conclusão do ensino fundamental.

## **2. O analfabetismo**

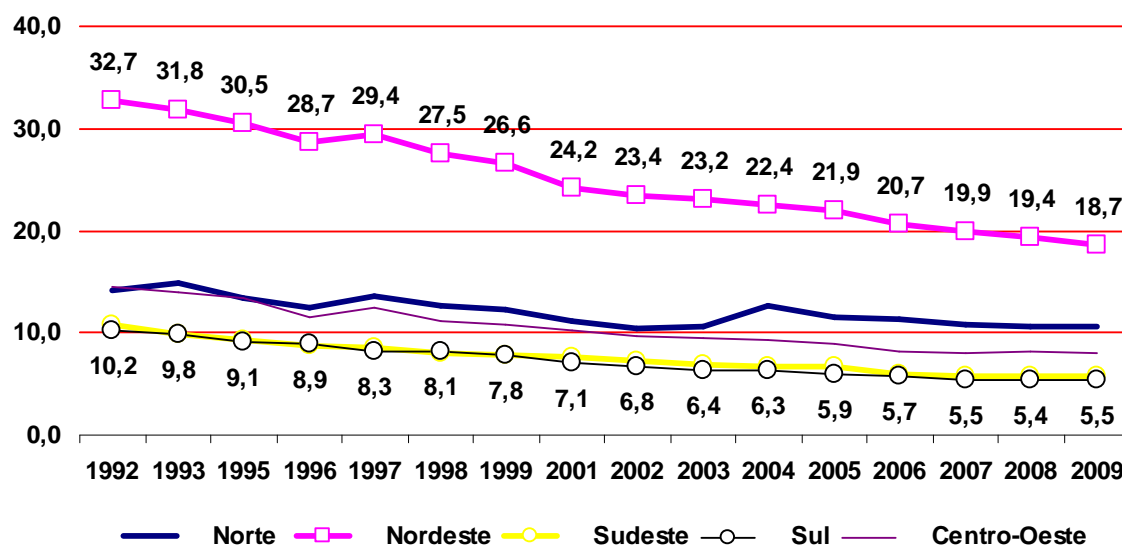
No Brasil, o analfabetismo ainda é um dos grandes problemas sociais que devem ser enfrentados para construção da cidadania plena. Segundo definição internacional, o grau de analfabetismo de uma população é medido pela taxa de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever um bilhete simples. Para verificar como anda esse problema social, é necessário conhecer quem são, quantos são e onde estão os analfabetos.

Para tanto, foram construídos alguns indicadores cujos resultados são apresentados na Tabela 3<sup>a</sup> do anexo. Os números revelam que a população brasileira apresenta uma elevada taxa de analfabetismo, mesmo se comparada à de outros países do próprio continente sul-americano, como Equador, Chile e Argentina. Eles mostram, porém, uma redução sistemática da taxa de analfabetismo. A queda no valor da taxa tem sido constante desde o começo da década de 1990, fazendo esse índice recuar para cerca de 9,7%, em 2009. Como se pode constatar na tabela, entre 1992 e 2009, a taxa de analfabetismo foi reduzida em 7,5 pontos percentuais, com redução média de cerca de 0,44 ponto percentual ao ano. O número total de analfabetos no Brasil, porém, permaneceu praticamente o mesmo nos últimos anos, girando em torno de 14 milhões de pessoas.

Analisando do ponto de vista regional (Gráfico 4) observa-se que coube à região Nordeste a maior redução na taxa de analfabetismo, de 32,7% em 1992 para 18,7%, em 2009, o que representou um decréscimo médio de 0,85 ponto percentual ao ano, bem superior à verificada nas demais regiões. Apesar do movimento mais rápido de mudança no indicador, a região ainda apresenta um índice que é quase o dobro da média brasileira e que está bastante acima das taxas do Sul e do Sudeste, que não ultrapassam 6%. Isso se deve ao fato de o Nordeste concentrar 53% do total de analfabetos brasileiros na faixa etária analisada. Tanto no Nordeste quanto no Brasil como um todo, cerca de 90% dos analfabetos estão na faixa etária de 25 anos ou mais, sendo que a maior concentração, em números absolutos e relativos, recai sobre a população acima de 40 anos, 16,5%. (Tabela 3A do anexo)

## Gráfico 4

Evolução do analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade por regiões, 1992 – 2009



Fonte: PNAD/IBGE

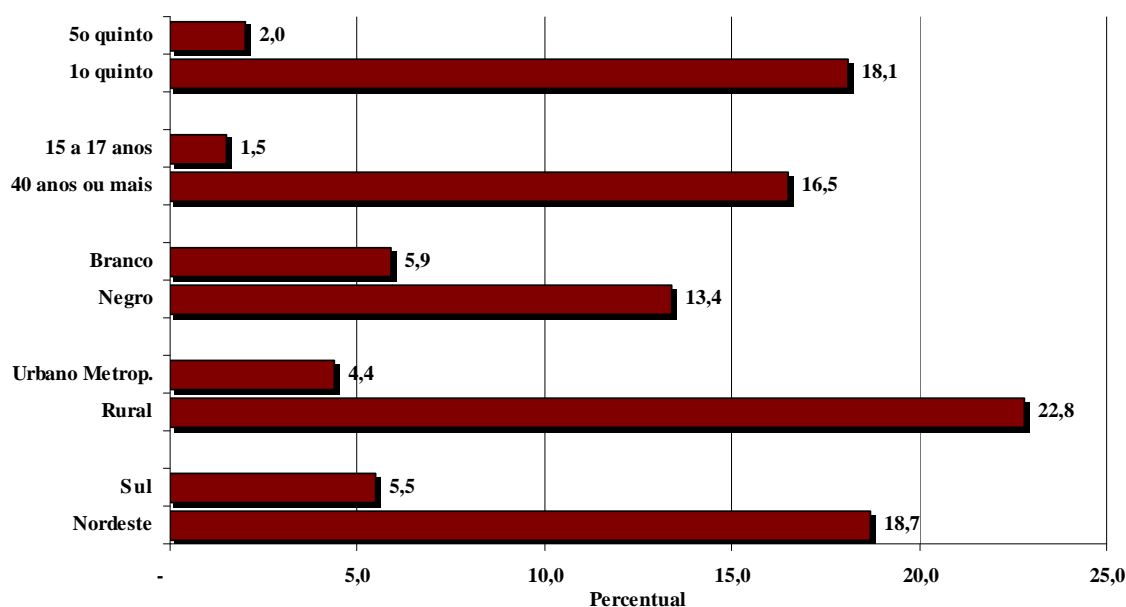
Elaboração: Disoc/Ipea

Além dos diferenciais regionais, observam-se números bastante expressivos também quando esse indicador leva em consideração outras categorias de análise. Para a categoria localização, observa-se que, na população rural, a taxa de analfabetismo é de quase 22,8%. Já para a população urbana/metropolitana esse índice é de 4,4%. A população negra tem mais analfabetos (13,4%) que a população branca (5,9%), mas a velocidade da redução da taxa tem sido maior para os negros: em média 0,76 ponto percentual ao ano, contra 0,27 ponto percentual ao ano para os brancos.

## Gráfico 5

### Analfabetismo na população de 15 anos ou mais de idade por categorias selecionadas,

2009



Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: Disoc/Ipea

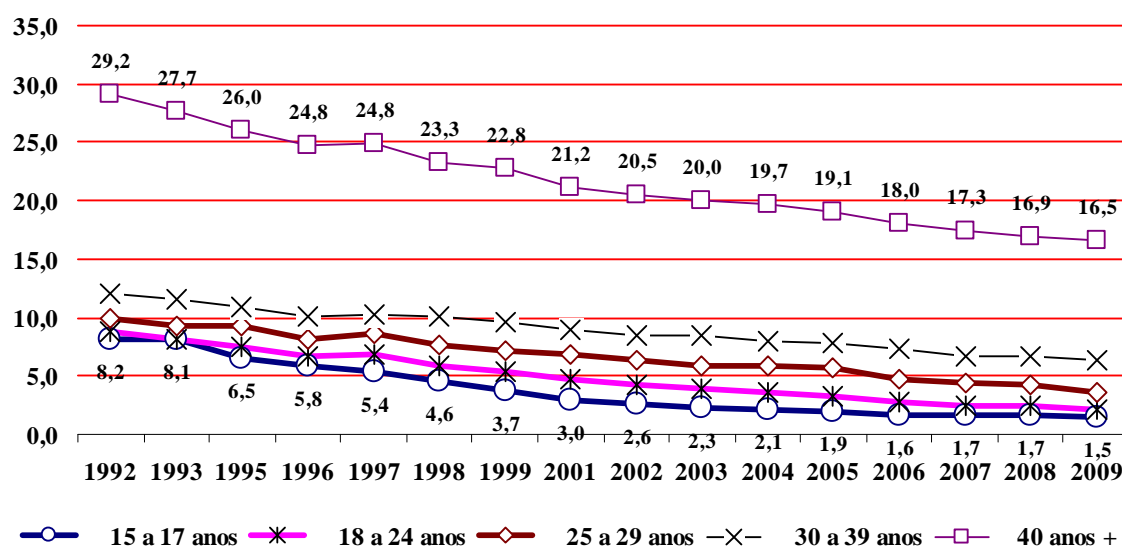
A evolução do analfabetismo por faixa etária (Tabela 3A do anexo e Gráfico 6) mostra que o avanço representado pela redução substancial do analfabetismo nas faixas etárias de 15 a 17 anos (de 8,2% em 1992 para 1,5% em 2009) e de 18 a 24 anos (de 8,8% para 2,1%) reflete a evolução do sistema educacional em incorporar e alfabetizar crianças e jovens. A maior redução ocorreu na faixa de 40 anos ou mais (0,72 ponto percentual ao ano). Ainda assim, os dados mostram um grande contingente de analfabetos nesta faixa etária: cerca de 16,5%.

Comparar o analfabetismo entre os mais ricos e os mais pobres é outra forma de verificar as desigualdades, que mostra que a renda é um elemento determinante no analfabetismo (Tabela 4A do anexo). Dessa forma, observa-se que, entre aqueles que se encontram no primeiro quinto, o dos mais pobres, a taxa é 18,1%, enquanto entre aqueles que se encontram no último quinto, o dos mais ricos, a taxa é de apenas 2,0%. Isso significa que a taxa de analfabetismo entre os mais pobres é nove vezes superior à verificada entre os mais ricos.

Além disso, observa-se que, independentemente da categoria selecionada, os mais ricos sempre estão em melhor situação do que os mais pobres. Enquanto isso, os mais pobres, em quase todas as situações, não conseguem se aproximar da taxa nacional, que foi de 9,7% em 2009. Essa medida também não é a mesma quando se consideram as regiões: a taxa de analfabetismo entre os mais ricos é de 1,6% no Sudeste enquanto no Nordeste é de 3,8%. No caso da localização, observa-se, também, forte diferenciação, com taxa de 1,6% entre os mais ricos urbanos contra 9,9% entre os mais ricos no meio rural.

## Gráfico 6

### Evolução do analfabetismo por faixa etária, 1992 – 2009



Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: Disoc/Ipea

Na discussão do analfabetismo, as seguintes características, observadas para a situação em 2008, ainda estão valendo para 2009: (a) o analfabetismo é bem mais acentuado na população negra; (b) as regiões menos desenvolvidas, os municípios de pequeno porte e a zona rural apresentam piores índices; (c) o analfabetismo está fortemente concentrado na população de baixa renda; (d) o percentual e a quantidade de analfabetos é maior nas faixas etárias mais altas; e, (e) apesar de o índice ser menor, existem, ainda, analfabetos jovens, o que significa que o sistema educacional continua produzindo analfabetos. Além disso, constatou-se que a taxa de analfabetismo dentro de uma mesma geração é pouco sensível a mudanças com o passar dos anos, ou seja, cada geração permanece alheia à melhora do



sistema educacional. Isso quer dizer que a queda do analfabetismo se processa mais pelo efeito demográfico do que pelas iniciativas do governo ou da sociedade civil. A queda do analfabetismo está ocorrendo, portanto, pela escolarização da população mais nova e pela própria dinâmica populacional.

A constatação de que o analfabetismo muda, mais muito pouco, para os cortes demonstra a baixa eficácia dos programas de alfabetização de adultos e algumas causas podem ser aventadas: (a) baixa cobertura, já que, entre os atuais analfabetos, apenas pequena parte está freqüentando a escola e geralmente em cursos de alfabetização de adultos. Isso se deve, em grande medida, a problemas de oferta, mas, também a problemas de desinteresse dos analfabetos em procurar os programas e aos erros de foco, estratégias pedagógicas etc.; e (b) baixa eficácia na alfabetização dos que estão matriculados, já que parcela expressiva do público potencial apresenta um histórico de fracasso escolar, pois já freqüentou a escola e tem sérias dificuldades de aprendizagem.

O fato de ainda ser bastante elevada a taxa relativa à população de 15 anos ou mais estaria, portanto, evidenciando problemas de acesso à escola que grande parte da população brasileira mais velha teve quando estava no período adequado para frequentar as aulas, assim como problemas do presente com a baixa cobertura/eficácia dos programas de alfabetização de adultos e idosos.

### **3. A escolarização brasileira**

Para complementar a análise aqui pretendida procura-se, a seguir, verificar como se processou o acesso da população ao sistema educacional e sua permanência nele, considerando as faixas etárias, os níveis e as modalidades educacionais oferecidas, de forma que se tenha um perfil dos sucessos e dos fracassos do sistema. Nesse sentido, serão observados os resultados para os índices de acesso do brasileiro à escolaridade e de conclusão dos estudos. Também é importante observar o que ocorreu com os indicadores educacionais entre as regiões do país, e em categorias como localização, raça ou cor, renda e sexo.

Para medir o acesso, um dos indicadores tradicionais é a taxa de frequência à escola por faixa etária<sup>3</sup>. Os resultados para esse indicador são apresentados na Tabela 1 e no

---

<sup>3</sup> A taxa de frequência bruta à escola fornece o percentual da população por faixa etária que frequenta escola, independentemente do grau de ensino em que está matriculada. Já a taxa de frequência líquida fornece o percentual da população por faixa etária que frequenta escola considerando o grau de ensino da matrícula.

Gráfico 7, a seguir, que revelam avanços em relação a todo o período analisado. Inicia-se a análise com a educação infantil, destinada às crianças em idade anterior à do ensino obrigatório, e que constitui a primeira etapa da educação básica, incluindo a creche e a pré-escola. Em 2006, foi aprovada Lei nº 11.274, que diminuiu a idade de entrada no ensino fundamental obrigatório para seis anos (até então, a entrada se dava aos sete) e aumentou a duração desse nível de ensino para nove anos. Assim, a educação infantil passou a atender, em 2007, as crianças de até cinco anos, sendo a creche para as de até três anos e a pré-escola para as de quatro e cinco anos.

O acesso das crianças entre zero e três anos à escola (creches) é muito pequeno no Brasil. A taxa de frequência, em 2009, era de apenas 18,4%. Esse percentual é considerado baixo, devido, principalmente, ao que se previa no Plano Nacional de Educação (PNE): em 2006, essa taxa deveria ser de 30%. Apesar disso, essa faixa etária da população apresentou, no período analisado, uma das maiores taxas de incremento anuais (0,81 p.p. ao ano desde 1995). Além de baixo, como pode ser observado na tabela a seguir, o acesso às creches é desigual entre as crianças das diferentes regiões; entre as da zona urbana e da zona rural; entre as brancas e pretas ou pardas; e entre as de famílias mais pobres e mais ricas, como pode ser constatado na Tabela 5A do anexo.

**Tabela 1**

**Taxa de frequência à escola por faixa etária, 1992 – 2009**

Faixa Etária	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
0 a 3 anos	-	-	7,6	7,4	8,1	8,7	9,2	10,6	11,7	11,7	13,4	13,0	15,4	17,1	18,1	18,4
4 a 6 anos	54,1	57,8	53,5	53,8	56,3	57,9	60,2	65,6	67,0	68,5	70,6	72,0	76,1	77,6	79,8	81,3
7 a 14 anos	86,6	88,6	90,2	91,2	93,0	94,7	95,7	96,5	96,9	97,2	97,1	97,3	97,6	97,6	97,9	98,0
15 a 17 anos	59,7	61,9	66,6	69,4	73,3	76,5	78,5	81,1	81,5	82,3	81,9	81,7	82,1	82,1	84,1	85,2
18 a 24 anos	22,6	24,9	27,1	28,4	29,4	32,1	33,9	34,0	33,9	34,0	32,2	31,6	31,7	30,9	30,5	30,3
25 a 29 anos																
anos	5,8	6,4	7,0	7,6	8,5	9,4	10,4	12,3	12,5	12,9	12,5	12,5	13,0	12,4	12,3	12,2

Fonte: Microdados da PNAD (IBGE)

Elaboração: Disoc/Ipea

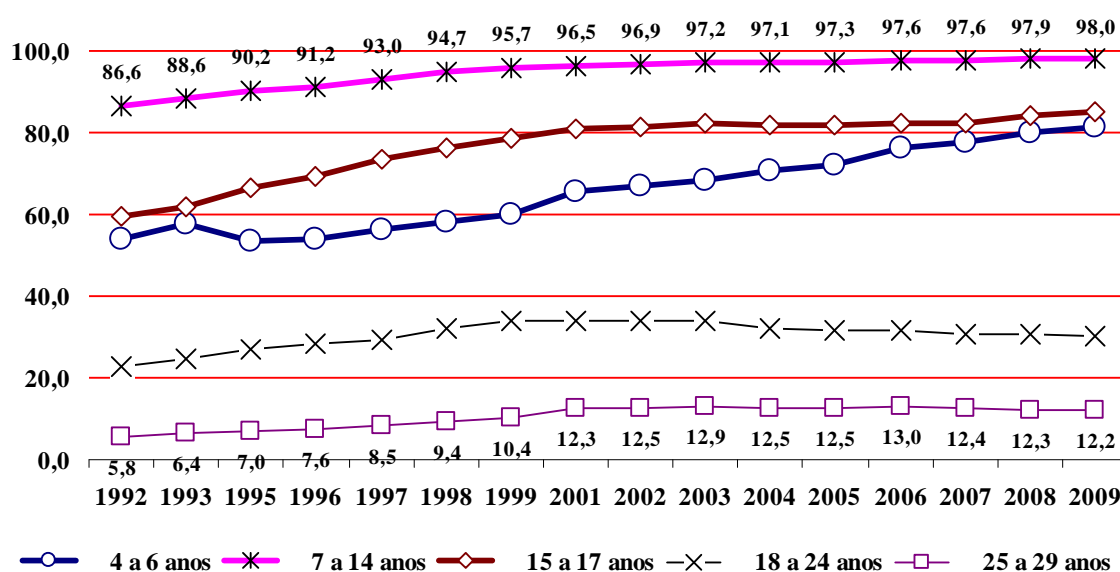
Nota: <sup>1</sup> A PNAD não foi realizada em 1994 e em 2000.

<sup>2</sup> A partir de 2004, a PNAD passou a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

<sup>3</sup> Nas pesquisas de 1992 e 1993, a frequência à escola era investigada apenas para pessoas com 5 anos ou mais de idade

## Gráfico 7

### Evolução da frequência bruta à escola por faixa etária, 1992 – 2009



Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: Disoc/Ipea

As maiores desigualdades são verificadas quando as crianças de 0 a 3 anos são comparadas segundo a localização de seus domicílios ou de acordo com a renda de suas famílias, como mostra o Gráfico 8. Das crianças da zona urbana, 20,2% frequentavam creche em 2009, porém, na zona rural essa taxa era de 8,8%. Apenas 11,8% das crianças do quinto de renda mais baixo (ou seja, dos 20% mais pobres) frequentavam creche, enquanto no quinto de renda mais elevada essa taxa é de 34,9%. A diferença de acesso também é pronunciada entre as regiões, especialmente entre o Sul e o Norte. Na primeira, 24,1% das crianças frequentavam creche em 2009 e na segunda apenas 8,2%. Há, também, desigualdade, embora em um grau muito menor, entre as crianças brancas e as pretas ou pardas (19,9% contra 16,6%). Além disso, observa-se que essas desigualdades vêm se mantendo ao longo do tempo.

A situação do acesso à educação das crianças de 4 a 6 anos é bem melhor, embora ainda se verifiquem desigualdades, segundo as características analisadas. Conforme Tabela 1, 81,3% das crianças dessa faixa etária frequentavam a escola em 2009, grande parte na pré-escola. Além disso, foi nesta faixa que se observou, no período analisado, a maior taxa

de incremento, cerca de 1,7 ponto percentual ao ano, o que fez com que a taxa crescesse cerca de 27,2 ponto percentual em 17 anos.

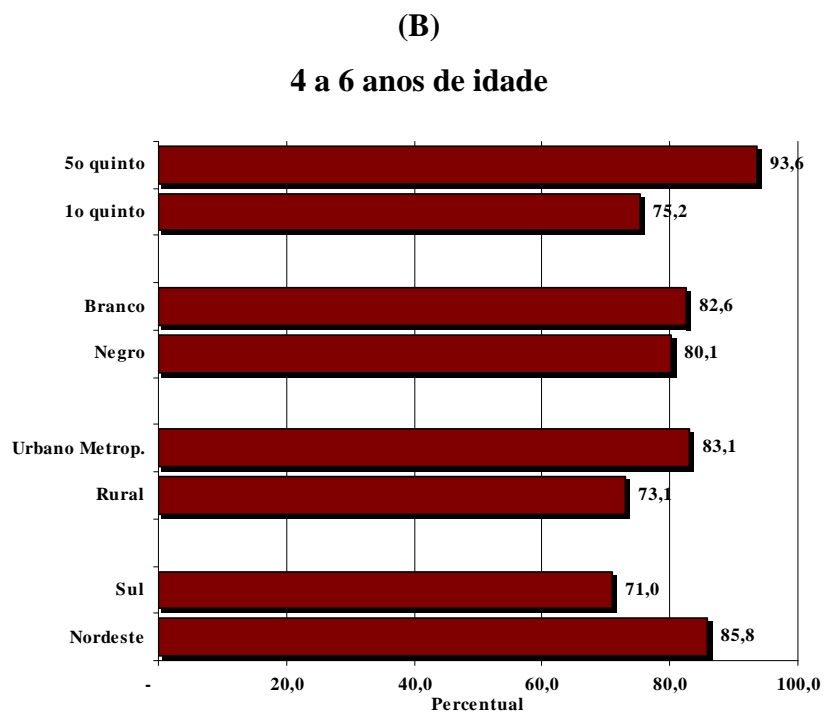
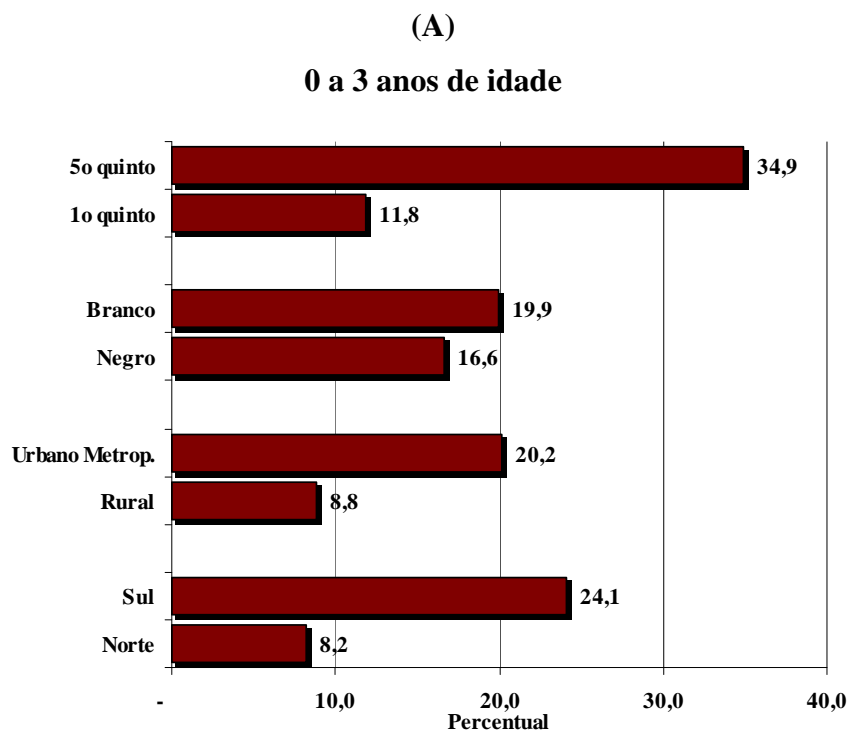
Apesar desse avanço, é possível observar, também, desigualdades no acesso, principalmente quando se considera a renda (Gráfico 8B e Tabela 5A, anexa). No quinto de renda mais elevado a frequência é de 93,6%, e no quinto de renda mais pobre é de 75,2%, ou seja: uma diferença de 18,4 ponto percentual separa esses dois grupos de crianças. Essa desigualdade pode ser considerada ainda mais perversa quando se leva em conta os resultados de estudos que mostram que as crianças que mais se beneficiam da experiência pré-escolar são justamente as crianças mais pobres.

A diferença regional também é pronunciada, porém, é inversa à situação que ocorreu com as creches: na região Nordeste 85,8% das crianças de 4 a 6 anos estão na escola, enquanto no Sul a taxa é de 71,0%. Essa situação é, em parte, resultado de políticas e programas federais que priorizaram o Nordeste na expansão de vagas. A desigualdade entre habitantes da zona urbana e rural é um pouco menor, mas ainda considerável: 83,1% para a zona urbana e 73,1% para a rural. Também se observa o acesso mais restrito entre crianças pretas ou pardas (80,1%) que entre as brancas (82,6%).



**Gráfico 8**

**Taxa de frequência bruta à Educação Infantil segundo categorias selecionadas, 2009**



Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: Disoc/Ipea

Para a população de 7 a 14 anos (público potencial do ensino fundamental), a universalização do acesso à escola é um dos grandes avanços sociais que vieram com a

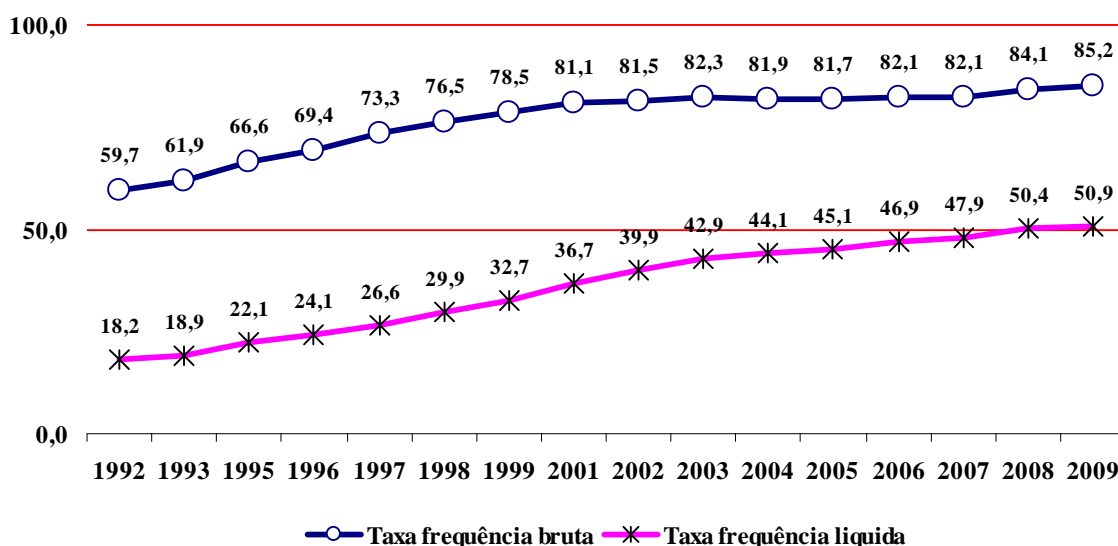
Constituição Federal de 1988. Como pode ser constatado na Tabela 1 e no Gráfico 7, a taxa de frequência bruta que era de 86,6%, em 1992, passou a 98,0%, em 2009. Por isso, os indicadores de frequência ao ensino fundamental não revelam grandes disparidades quando comparados sob as óticas regional, de localização, de gênero, de raça ou cor e de renda. Deve-se mencionar que a manutenção da taxa de frequência nos últimos anos expressa o fim do ciclo expansionista do ensino fundamental, relacionado a dois fatores mutuamente articulados: de um lado, a relativa estabilização do fluxo escolar nessa etapa da educação básica; de outro, a diminuição da população na faixa etária.

Ao progresso alcançado no tocante à oferta de vagas, no entanto, sobrepõem-se vários desafios. Além de ainda haver uma porcentagem residual de crianças e jovens fora da escola, entre os matriculados há os que não aprendem ou que progridem lentamente, repetem o ano e acabam abandonando os estudos. Os fatores que contribuem para essas dificuldades estão relacionados à qualidade do ensino, à gestão das escolas e sistemas de ensino, às condições de acesso e permanência e às desigualdades sociais dos próprios alunos e de seus familiares.

Para a população compreendida na faixa que vai de 15 a 17 anos (público potencial do ensino médio) observa-se, no Gráfico 9 e na tabela 5A do anexo que a taxa de escolarização bruta teve crescimento contínuo até 2003 e, após um período em que se manteve constante, aumentou novamente em 2008. O índice partiu de 59,7% em 1992 para 85,2% em 2009, com crescimento de 1,53 ponto percentual ao ano. A taxa de frequência líquida nessa faixa etária, por sua vez, tem apresentado crescimento ininterrupto, ao longo do mesmo período, conforme também mostra o gráfico.

## Gráfico 9

Evolução das taxas de frequência líquida e bruta à escola para a faixa etária de 15 a 17 anos, 1992 a 2009



Fonte: PNAD/IBGE

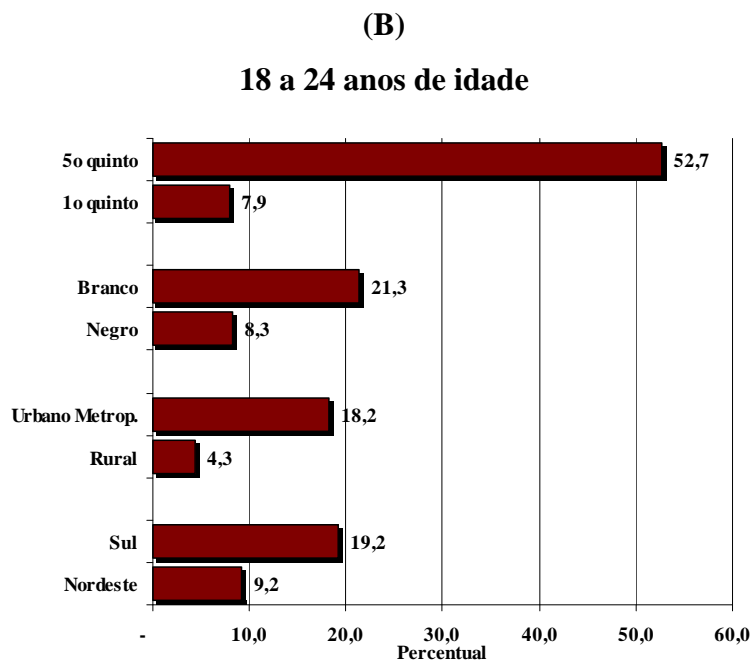
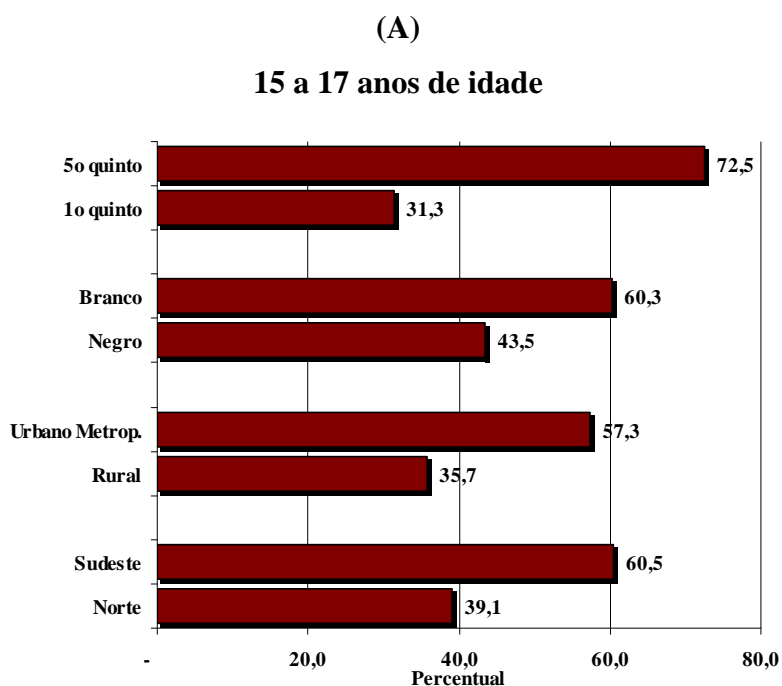
Elaboração: Disoc/Ipea

Os dados apresentados, no entanto, evidenciam alguns dos problemas educacionais desta população, quando mostram que a frequência líquida ao ensino médio é de apenas 50,9%, ou seja, apenas metade da população dessa faixa etária está no nível de ensino adequado. Esse fato se deve aos entraves observados no fluxo escolar do ensino compulsório (ensino fundamental) que tem elevada taxa de evasão e baixa taxa esperada de conclusão, o que compromete o acesso ao ensino médio.

As maiores desigualdades são verificadas quando a população dessa faixa etária é comparada segundo algumas características selecionadas (Gráfico 10 e Tabela 6A do anexo).

**Gráfico 10**

**Taxa de frequência líquida segundo categorias selecionadas, 2009**



Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: Disoc/Ipea



A diferença de acesso é pronunciada entre as regiões, especialmente entre a Sudeste e a Norte. Na primeira, 60,5% dessa população frequentava o ensino médio e na segunda apenas 39,1%. Essa diferença é, em parte, devida à maior concentração de população rural na região Nordeste. Da população de 15 a 17 anos da zona urbana metropolitana, 57,3% frequentam o ensino médio, enquanto na zona rural essa taxa é de 35,7%, quase 21,6 pontos percentuais menor. Há também desigualdade, embora em um grau muito menor, no acesso ao ensino médio entre brancos e negros: 60,3% dos brancos freqüentam escola na faixa etária analisada, taxa que na população negra é de 43,5%.

As desigualdades nesse acesso são pronunciadas, especialmente quando considerada a renda das famílias dos alunos (Tabela 7A, anexo): no primeiro quinto, 31,3% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio, proporção que para os mais ricos (último quinto) é de 72,5%, ou seja, a oportunidade de acesso ao ensino médio para os adolescentes mais ricos é mais de duas vezes maior que para os mais pobres. Os aspectos regionais também mostram diferenças. A situação é ainda pior entre os jovens pobres residentes da zona rural, onde apenas 28,2% estão incluídos no ensino médio. Jovens de cor negra, sejam do primeiro ou do último quinto, estão em desvantagem em relação aos brancos.

Além disso, para os jovens dessa faixa etária que estão cursando o ensino médio, repetem-se os problemas de fluxo escolar, o que acarreta taxas médias esperadas de conclusão também inadequadas, como demonstram os dados apresentados na Tabela 8A do anexo. A estimativa é de que apenas 66,6% dos alunos que ingressam no ensino médio o concluem. A maior desigualdade observada entre regiões, nesse indicador, é entre o Norte (com 62,7%) e o Sudeste (69,3%).

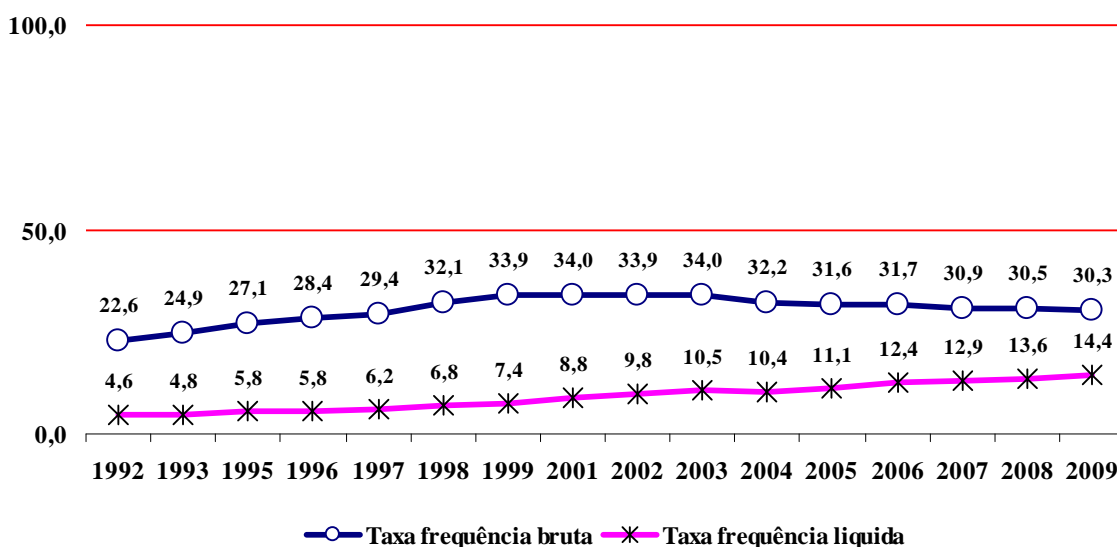
Cabe ainda mencionar algumas características que não foram apresentadas, mas que são importantes, tais como: (a) parte expressiva do atendimento escolar a essa faixa ocorre no período noturno; (b) ainda existem dificuldades de acesso para uma parcela da população entre 15 e 17 anos e, com isso, uma parcela está fora da escola; (c) o acesso é um problema grave para a categoria Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois metade dos municípios brasileiros não a oferece; (d) alunos com idade mais avançada do que aquela prevista para o ciclo têm resultados piores.

Para os jovens que se encontram na faixa etária entre 18 e 24 anos (população potencial para a educação superior), observa-se, na Tabela 1 e Gráfico 11, que a taxa de frequência bruta teve crescimento contínuo até 1999 e manteve-se constante até 2003,

quando começou a cair. O índice iniciou a década de 1990 em 22,6% e chegou a 30,3% em 2009, com crescimento de apenas 0,40 ponto percentual ao ano para o período em análise. A taxa de frequência líquida nessa faixa etária, por sua vez, tem apresentado crescimento quase ininterrupto ao longo do período, conforme mostra a Tabela 6A do anexo.

### Gráfico 11

#### Evolução das taxas de frequência líquida e bruta à escola para a faixa etária de 18 a 24 anos, 1992 - 2009



Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: Disoc/Ipea

Os dados apresentados no Gráfico 11, no entanto, evidenciam os problemas de frequência dessa faixa etária, assim como já foi aqui salientado para a população de 15 a 17 anos. Apenas 14,4% estavam na educação superior em 2009, o que representa uma parcela mínima da população. Esse fato deve-se aos entraves observados no fluxo escolar do ensino fundamental e médio, que têm elevada taxa de evasão e baixa taxa média esperada de conclusão, como visto anteriormente.

É provável que o aumento da frequência líquida na faixa etária de 18 a 24 anos seja um dos efeitos da política de ampliação do acesso à educação superior, encampada pelo Ministério da Educação, a qual vem sendo estruturada por três linhas de ação: (a) ampliação das vagas nas instituições federais de ensino; (b) ampliação do Financiamento

Estudantil (Fies); e (c) instituição do Programa Universidade para Todos (Prouni). Essas iniciativas deram novo fôlego à expansão da educação superior no Brasil.

As maiores desigualdades são verificadas (Tabela 6<sup>a</sup> do anexo) quando a população da faixa etária é comparada segundo as regiões e de acordo com a localização de seus domicílios. A diferença de acesso é pronunciada entre as regiões, especialmente entre o Sul e o Nordeste. Na primeira, 19,2% da população na faixa analisada freqüentavam o ensino superior em 2009, contra 9,2% no Nordeste. Da população de 18 a 24 anos da zona urbana metropolitana, 18,2% freqüentam o ensino superior, enquanto na zona rural essa taxa é de apenas 4,3%. Há também desigualdade no acesso ao ensino superior entre brancos e negros: 21,3% dos jovens brancos freqüentam a escola, enquanto a taxa para a população negra é de 8,3%.

### **Considerações finais**

Os dados e informações apresentados sobre o acúmulo de escolarização revelaram ampliação do número médio de anos de estudo da população de 15 anos ou mais. Persistem, no entanto, os fortes diferenciais regionais, que também são expressivos quando se observa esse indicador levando em consideração os quesitos renda, localização e raça/cor. O hiato educacional mostrou-se muito elevado, o que, em grande medida, expõe as dificuldades dos alunos para concluir, no período adequado, seu período de estudo, o que remete aos problemas da repetência e evasão escolar.

No que diz respeito ao analfabetismo, mostrou-se que ele é bem mais acentuado na população negra, nas regiões menos desenvolvidas e as nas zonas rurais. Está fortemente concentrado na população de baixa renda e o percentual e a quantidade de analfabetos se ampliam conforme aumenta a faixa etária da população. Além disso, constatou-se que a taxa de analfabetismo dentro de uma mesma geração é pouco sensível a mudanças com o passar dos anos. A queda do analfabetismo está ocorrendo pela escolarização da população mais nova e pela própria dinâmica populacional.

A taxa de escolarização bruta teve incremento para a faixas etária de 0 a 17 anos. Já nas faixas etárias de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, começaram a ocorrer decréscimos a partir de 2007. As taxas de frequência líquida, no entanto, foram crescentes em todos os níveis de ensino.

A análise na perspectiva dos níveis de ensino mostrou que, na educação infantil, a equidade permanece um alvo ainda distante quando se trata do direito das crianças

pequenas à educação. No ensino fundamental, o maior desafio é a melhoria da qualidade do ensino, que vale para os demais níveis e modalidades da educação básica. Além disso, salientou-se que o outro grande desafio é a regularização do fluxo escolar, ou seja, é preciso atingir a universalização na conclusão do ensino fundamental e não apenas no seu acesso. Os dados mostraram que o País ainda não universalizou o ensino médio. Além disso, a capacidade instalada atual para oferta de ensino médio pode ser insuficiente para incorporar, imediatamente, o contingente de jovens de 15 e 17 anos que deveriam freqüentar esse nível de ensino, se houver a correção de fluxo do ensino fundamental. É necessário que haja, portanto, melhorias e expansão de capacidade física instalada para garantir acesso e permanência. Na educação superior, os desafios são ainda maiores, principalmente devido à baixa frequência e às disparidades e desigualdades existentes.

Os desafios para as políticas de alfabetização são o de repensar os atuais programas de alfabetização de adultos para torná-los mais efetivos e, em seguida, realizar a ampliação de sua cobertura. Outro desafio é acelerar o acúmulo de escolarização da população, o que implica ampliação do acesso e da permanência da população nas escolas em todos os níveis e modalidades. Na educação infantil e no ensino médio, os dados mostraram que o país está longe da universalização. Por último, um dos maiores desafios é a melhoria da qualidade do ensino para todos os níveis e modalidades da educação brasileira, prestando atenção redobrada às novas necessidades de conhecimentos e habilidades requeridas no atual processo de desenvolvimento econômico e social.



## Anexo

### Tabela 1A

Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade por categorias selecionadas, 1992 – 2009

Categorias	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Brasil</b>	<b>5,2</b>	<b>5,3</b>	<b>5,5</b>	<b>5,7</b>	<b>5,7</b>	<b>5,9</b>	<b>6,1</b>	<b>6,3</b>	<b>6,5</b>	<b>6,7</b>	<b>6,8</b>	<b>6,9</b>	<b>7,1</b>	<b>7,3</b>	<b>7,4</b>	<b>7,5</b>
Norte	5,4	5,3	5,5	5,6	5,7	5,8	6,1	6,3	6,5	6,6	6,2	6,5	6,7	6,8	7,0	7,1
Nordeste	3,8	4,0	4,1	4,3	4,3	4,5	4,6	4,9	5,1	5,3	5,5	5,6	5,8	6,0	6,2	6,3
Sudeste	5,8	6,0	6,2	6,3	6,4	6,6	6,7	7,1	7,2	7,4	7,5	7,6	7,8	7,9	8,1	8,2
Sul	5,6	5,7	5,9	6,1	6,1	6,3	6,5	6,7	6,9	7,2	7,3	7,4	7,5	7,6	7,8	7,9
Centro-Oeste	5,4	5,5	5,6	5,8	6,0	6,1	6,2	6,5	6,8	6,9	7,1	7,2	7,4	7,5	7,7	7,9
<b>Localização</b>																
Urbano Metropolitano	6,6	6,7	6,9	7,0	7,1	7,3	7,4	7,6	7,8	8,0	8,1	8,2	8,4	8,5	8,6	8,7
Urbano Não Metropolitano	5,4	5,4	5,6	5,8	5,9	6,0	6,2	6,4	6,6	6,8	6,9	7,0	7,2	7,3	7,5	7,6
Rural	2,6	2,8	2,9	3,1	3,1	3,3	3,4	3,4	3,6	3,8	4,0	4,1	4,3	4,5	4,6	4,8
<b>Sexo</b>																
Masculino	5,1	5,2	5,4	5,6	5,6	5,8	5,9	6,2	6,4	6,6	6,7	6,8	7,0	7,1	7,2	7,4
Feminino	5,2	5,4	5,6	5,7	5,8	6,0	6,2	6,5	6,7	6,8	6,9	7,1	7,3	7,4	7,6	7,7
<b>Raça ou Cor</b>																
Branca	6,1	6,2	6,4	6,5	6,7	6,8	7,0	7,3	7,4	7,6	7,7	7,8	8,0	8,1	8,3	8,4
Negra	4,0	4,1	4,3	4,5	4,5	4,7	4,9	5,2	5,5	5,6	5,8	6,0	6,2	6,3	6,5	6,7
<b>Faixa Etária</b>																
15 a 24 anos	5,8	5,9	6,2	6,3	6,5	6,8	7,0	7,4	7,7	7,9	8,1	8,2	8,4	8,5	8,7	8,8
25 a 29 anos	6,5	6,6	6,7	6,8	6,9	7,0	7,2	7,4	7,7	8,0	8,1	8,4	8,7	8,9	9,2	9,4
30 a 39 anos	6,1	6,2	6,4	6,6	6,7	6,8	6,8	7,0	7,2	7,3	7,5	7,5	7,8	7,9	8,1	8,2
40 anos +	3,8	3,9	4,2	4,3	4,4	4,6	4,7	5,0	5,2	5,3	5,4	5,5	5,7	5,9	6,0	6,2

Fonte: Microdados da PNAD (IBGE).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Nota: <sup>1</sup> A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000.

<sup>2</sup> Raça negra é composta de pretos e pardos.

<sup>3</sup> A partir de 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

**Tabela 2A**

**Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade por categorias selecionadas e segundo os quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, 2008 - 2009**

Categorias	2008					2009				
	Quintos de rendimento familiar <i>per capita</i> (%)					Quintos de rendimento familiar <i>per capita</i> (%)				
	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
<b>Brasil</b>	<b>5,0</b>	<b>6,0</b>	<b>6,4</b>	<b>7,8</b>	<b>10,4</b>	<b>5,5</b>	<b>6,4</b>	<b>6,7</b>	<b>8,2</b>	<b>10,7</b>
Norte	5,2	6,1	6,8	8,0	10,3	5,6	6,7	6,8	8,4	10,3
Nordeste	4,6	5,6	5,8	7,9	10,7	5,0	5,8	6,0	8,3	10,6
Sudeste	5,7	6,4	6,7	7,9	10,4	6,2	6,7	7,0	8,2	10,7
Sul	5,4	6,1	6,3	7,7	10,1	5,8	6,5	6,6	8,0	10,6
Centro-Oeste	5,6	6,1	6,3	7,8	10,6	6,1	6,5	6,7	8,2	11,0
<b>Localização</b>										
Urbano	5,6	6,4	6,7	8,1	10,6	6,0	6,7	7,0	8,4	10,9
Rural	4,0	4,5	4,4	5,6	6,9	4,3	4,7	4,4	5,8	7,0
<b>Raça ou Cor</b>										
Branca	5,5	6,4	6,6	8,1	10,7	6,1	6,8	7,0	8,4	11,1
Preta ou parda	4,9	5,8	6,2	7,5	9,6	5,3	6,1	6,3	7,8	9,8
<b>Sexo</b>										
Homens	4,7	5,7	6,2	7,7	10,4	5,1	6,1	6,5	8,1	10,6
Mulheres	5,4	6,3	6,5	8,0	10,4	5,9	6,6	6,8	8,3	10,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 e 2009

**Tabela 3A****Taxa de analfabetismo da população de 15 ou mais anos de idade segundo categorias selecionadas, 1992 – 2009**

<b>Categorias</b>	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Brasil</b>	<b>17,2</b>	<b>16,4</b>	<b>15,6</b>	<b>14,7</b>	<b>14,7</b>	<b>13,8</b>	<b>13,3</b>	<b>12,4</b>	<b>11,9</b>	<b>11,6</b>	<b>11,5</b>	<b>11,2</b>	<b>10,5</b>	<b>10,1</b>	<b>10,0</b>	<b>9,7</b>
Norte	14,2	14,8	13,3	12,4	13,5	12,6	12,3	11,2	10,4	10,6	12,7	11,6	11,3	10,9	10,7	10,6
Nordeste	32,7	31,8	30,5	28,7	29,4	27,5	26,6	24,2	23,4	23,2	22,4	21,9	20,7	19,9	19,4	18,7
Sudeste	10,9	9,9	9,3	8,7	8,6	8,1	7,8	7,6	7,2	6,9	6,7	6,6	6,0	5,8	5,8	5,7
Sul	10,2	9,8	9,1	8,9	8,3	8,1	7,8	7,1	6,8	6,4	6,3	5,9	5,7	5,5	5,4	5,5
Centro-Oeste	14,5	14,0	13,3	11,6	12,4	11,1	10,8	10,2	9,7	9,5	9,2	8,9	8,3	8,1	8,1	8,0
<b>Localização</b>																
Urbano Metropolitano	8,1	7,4	7,0	6,5	6,5	5,9	5,8	5,7	5,5	5,2	5,2	5,0	4,4	4,4	4,3	4,4
Rural	35,9	34,5	32,7	31,2	32,0	30,2	29,0	28,8	27,7	27,3	25,9	25,1	24,3	23,5	23,5	22,8
<b>Raça ou Cor</b>																
Branca	10,6	10,1	9,5	9,4	8,9	8,4	8,3	7,7	7,5	7,1	7,2	7,0	6,6	6,2	6,2	5,9
Negra	25,7	24,8	23,5	21,8	22,2	20,8	19,8	18,2	17,3	16,9	16,3	15,5	14,7	14,2	13,6	13,4
<b>Faixa Etária</b>																
15 a 17 anos	8,2	8,1	6,5	5,8	5,4	4,6	3,7	3,0	2,6	2,3	2,1	1,9	1,6	1,7	1,7	1,5
18 a 24 anos	8,8	8,2	7,4	6,7	6,8	5,8	5,4	4,8	4,2	3,8	3,6	3,3	2,8	2,4	2,4	2,1
25 a 29 anos	10,0	9,3	9,3	8,1	8,6	7,7	7,2	6,8	6,4	5,9	5,9	5,8	4,8	4,4	4,2	3,6
30 a 39 anos	12,0	11,6	10,9	10,1	10,2	10,1	9,6	9,0	8,4	8,4	8,0	7,8	7,3	6,7	6,6	6,4
40 anos +	29,2	27,7	26,0	24,8	24,8	23,3	22,8	21,2	20,5	20,0	19,7	19,1	18,0	17,3	16,9	16,5

Fonte: Microdados da PNAD (IBGE).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Nota: <sup>1</sup> A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000.

<sup>2</sup> Raça negra é composta de pretos e pardos.

<sup>3</sup> A partir de 2004 a PNAD passou a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

**Tabela 4A**

**Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por categorias selecionadas, segundo os quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, 2008-2009**

Brasil, sexo, cor, situação no domicílio, Grandes Regiões	2008					2009				
	Quintos de rendimento familiar per capita (%)					Quintos de rendimento familiar per capita (%)				
	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
<b>Brasil</b>	<b>19,0</b>	<b>14,0</b>	<b>13,5</b>	<b>6,2</b>	<b>1,9</b>	<b>18,1</b>	<b>13,4</b>	<b>12,8</b>	<b>6,7</b>	<b>2,0</b>
Norte	14,8	12,9	12,0	7,7	2,6	15,1	10,8	13,4	7,1	3,1
Nordeste	24,7	20,8	23,3	11,0	4,2	23,4	20,2	22,7	11,2	3,8
Sudeste	11,3	8,8	9,4	5,0	1,5	9,9	8,8	9,0	5,0	1,6
Sul	9,4	9,1	9,1	4,6	1,6	11,0	8,5	7,1	5,9	1,8
Centro-Oeste	13,0	11,2	12,4	7,1	1,8	12,8	10,2	9,1	9,9	2,0
<b>Localização</b>										
Urbano	15,2	11,2	11,0	5,1	1,6	14,4	11,0	10,2	5,6	1,6
Rural	26,4	24,7	27,2	16,7	9,0	25,7	22,9	27,2	16,4	9,9
<b>Raça ou Cor</b>										
Branca	14,9	10,7	10,6	4,6	1,3	13,4	10,1	9,2	5,1	1,4
Preta ou parda	20,5	15,8	15,9	8,2	3,4	19,9	15,2	15,7	8,7	3,6
<b>Sexo</b>										
Homens	2,0	14,8	13,1	5,6	1,6	20,9	14,1	12,6	6,0	1,5
Mulheres	16,4	13,2	13,9	6,8	2,3	15,7	12,9	13,0	7,4	2,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 e 2009

**Tabela 5A**

**Taxa de frequência bruta à educação infantil, por categorias selecionadas e segundo os grupos de idade, 1995/2001/2005/2006/ 2007/2008/2009**

Características	0 a 3 anos de idade							4 a 6 anos de idade						
	1995	2001	2005	2006	2007	2008	2009	1995	2001	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Brasil</b>	7,5	5	12,9	15,3	16,9	18,1	2	4	5	72,0	76,0	77,6	79,7	3
Norte	5,7	7,2	5,7	8,0	7,7	8,4	8,2	1	1	60,2	64,4	68,5	72,5	4
Nordeste	7,1	6	11,6	13,3	14,1	14,9	5	1	6	77,6	80,4	82,7	84,8	8
Sudeste	8,1	3	15,5	19,1	21,7	22,0	4	1	0	75,8	80,9	81,5	82,9	9
Sul	8,6	8	15,9	18,3	21,3	24,6	1	9	4	62,0	66,3	67,9	69,1	0
Centro-Oeste	5,4	6,6	10,0	11,4	13,2	15,3	7	8	4	62,9	66,9	65,9	71,6	7
<b>Cor/raça</b>														
Branca	8,7	3	14,3	16,9	19,1	20,6	9	2	8	74,1	78,4	79,6	81,8	6
Preta ou parda	6,2	9,6	11,5	13,8	14,8	15,5	6	5	3	70,1	74,0	75,9	78,2	1
<b>Situação do Domicílio</b>														
Urbano	9,1	8	12,9	17,5	19,3	20,5	2	2	0	75,7	79,4	80,3	82,2	1
Rural	2,7	4,6	15,0	6,7	6,4	7,2	8,8	8	8	57,2	62,5	66,2	69,6	1
<b>Quintos do Rendimento Familiar per capita (%)</b>														
1º quinto	5,0	6,3	8,7	10,1	10,8	11,9	8	2	7	61,1	66,3	68,9	70,3	2
2º quinto	5,5	8,1	10,4	12,8	14,1	16,2	8	5	8	70,7	74,3	76,2	78,9	2

3° quinto	10,	21,	55,	69,	83,									
	6,8	3	13,9	16,3	18,2	18,4	9	8	5	75,6	80,8	81,8	84,4	1
4° quinto	14,	24,	61,	77,	88,									
	8,5	1	16,0	20,4	22,8	24,0	7	2	9	83,3	86,3	85,9	88,9	4
5° quinto	15,	25,	34,	71,	90,	93,								
	8	4	27,5	31,8	33,5	35,0	9	0	1	91,2	92,9	93,1	94,8	6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1995, 2001, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009

\* Inclusive a população rural da região Norte

## Tabela 6A

### Taxa de frequência líquida segundo as faixas etárias, 1992 – 2009

TABELA 8

Taxa de frequência líquida, segundo as faixas etárias - 1992 a 2008

Categorias	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Ensino Médio (15 a 17 anos)</b>																
<b>Brasil</b>	<b>18,2</b>	<b>18,9</b>	<b>22,1</b>	<b>24,1</b>	<b>26,6</b>	<b>29,9</b>	<b>32,7</b>	<b>36,7</b>	<b>39,9</b>	<b>42,9</b>	<b>44,1</b>	<b>45,1</b>	<b>46,9</b>	<b>47,9</b>	<b>50,4</b>	<b>50,9</b>
Norte	11,7	13,5	16,7	15,9	17,6	20,8	24,3	26,4	29,0	31,6	27,6	30,8	34,9	36,3	39,6	39,1
Nordeste	9,5	10,2	11,4	12,8	13,4	14,9	16,7	20,5	22,8	25,4	27,8	30,0	33,1	34,5	36,4	39,2
Sudeste	24,3	24,9	29,0	31,6	34,8	39,7	42,4	47,7	52,3	55,3	57,8	57,2	57,6	58,6	61,8	60,5
Sul	23,1	24,4	29,3	32,5	35,6	38,9	44,7	47,7	50,8	52,5	53,3	53,6	54,9	55,0	56,5	57,4
Centro-Oeste	17,5	18,2	21,1	23,5	27,3	29,3	32,2	36,6	40,0	44,2	44,7	45,8	48,1	49,5	52,0	54,7
<b>Localização</b>																
Urbano Metropolitano	25,9	25,8	30,3	32,4	34,5	38,6	41,4	46,7	49,5	52,0	54,2	54,3	55,3	56,8	59,0	57,3
Urbano Não Metropolitano	20,0	20,9	23,7	25,9	28,6	32,4	35,6	37,9	41,9	45,0	46,7	48,0	49,9	49,6	52,0	52,9
Rural	5,3	6,3	7,7	8,8	11,1	12,2	15,2	17,0	18,5	21,6	21,9	24,5	26,7	30,7	33,3	35,7
<b>Sexo</b>																
Masculino	15,1	15,3	18,4	19,9	22,0	24,8	28,3	32,2	35,5	37,9	39,1	40,4	41,8	42,3	44,4	45,3
Feminino	21,3	22,5	25,9	28,5	31,2	35,1	37,2	41,2	44,4	48,0	49,3	49,9	52,0	53,7	56,8	56,7
<b>Raça ou Cor</b>																
Branca	27,1	27,7	32,3	34,0	38,1	41,0	44,2	49,5	52,3	54,8	56,1	56,5	58,3	58,6	61,0	60,3
Negra	9,2	10,2	11,9	13,4	14,7	18,6	21,2	24,4	28,2	31,8	33,5	35,5	37,4	39,3	42,2	43,5
<b>Ensino Superior (18 a 24 anos)</b>																
<b>Brasil</b>	<b>4,6</b>	<b>4,8</b>	<b>5,8</b>	<b>5,8</b>	<b>6,2</b>	<b>6,8</b>	<b>7,4</b>	<b>8,8</b>	<b>9,8</b>	<b>10,5</b>	<b>10,4</b>	<b>11,1</b>	<b>12,4</b>	<b>12,9</b>	<b>13,6</b>	<b>14,4</b>
Norte	3,0	2,3	3,3	3,3	3,3	3,5	3,8	5,2	6,7	6,0	5,6	7,0	7,7	9,0	9,9	11,0
Nordeste	2,4	2,5	2,9	3,1	3,0	3,2	3,7	5,0	5,1	5,7	5,8	6,0	7,0	7,5	8,2	9,2
Sudeste	6,1	6,3	7,7	7,3	8,1	8,8	9,4	10,7	11,9	12,6	12,9	13,6	15,4	16,3	16,4	16,8
Sul	4,9	6,0	7,5	7,7	8,1	9,6	10,4	12,5	13,7	15,8	15,2	16,1	17,0	16,6	18,6	19,2
Centro-Oeste	4,3	4,8	5,1	6,5	6,3	6,8	7,7	9,7	11,9	12,3	12,1	13,8	14,8	15,5	16,2	17,9
<b>Localização</b>																
Urbano Metropolitano	7,3	7,9	9,3	9,1	9,6	10,4	10,7	12,1	13,4	14,2	14,2	15,0	16,7	17,5	18,0	18,2
Urbano Não Metropolitano	4,5	4,6	5,6	5,7	6,1	6,7	7,6	8,9	9,9	10,8	10,9	11,6	12,9	13,3	14,1	15,1
Rural	0,5	0,8	1,1	1,1	0,8	0,9	1,5	1,4	1,6	1,5	1,6	2,1	2,4	3,1	3,4	4,3
<b>Sexo</b>																
Masculino	4,2	4,1	5,0	5,0	5,7	5,9	6,3	7,7	8,3	9,1	9,0	9,6	10,5	11,1	11,7	12,2
Feminino	4,9	5,5	6,6	6,6	6,8	7,8	8,5	9,9	11,2	11,9	11,7	12,6	14,2	14,8	15,6	16,6
<b>Raça ou Cor</b>																
Branca	7,3	7,8	9,3	9,4	10,1	11,1	11,9	14,1	15,5	16,6	16,0	17,2	19,1	19,8	20,5	21,3
Negra	1,5	1,5	2,0	1,8	2,0	2,1	2,5	3,2	3,8	4,4	4,9	5,5	6,3	6,9	7,7	8,3

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Notas: <sup>1</sup> A Pnad não foi realizada em 1994 e 2000.

<sup>2</sup> Raça negra é composta de pretos e pardos.

<sup>3</sup> A partir de 2004 a Pnad passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Obs.: Nas pesquisas de 1992 e 1993 a frequência à escola era investigada apenas para pessoas com 5 anos ou mais de idade.



**Tabela 7A**

**Taxa de escolarização líquida das pessoas de 15 a 17 e de 18 a 24 anos por categorias selecionadas e segundo os quintos de rendimento mensal familiar per capita, 2009**

Categorias	Quintos de renda				
	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
<b>Ensino Médio (15 a 17 anos)</b>					
<b>Brasil</b>	<b>31,3</b>	<b>41,6</b>	<b>50,6</b>	<b>59,9</b>	<b>72,5</b>
Norte	26,8	35,6	44,6	57,9	67,7
Nordeste	29,2	38,3	45,1	59,8	71,0
Sudeste	38,2	46,4	54,2	62,1	74,5
Sul	30,0	43,0	50,5	57,8	71,3
Centro-Oeste	39,4	45,1	51,9	53,8	69,5
<b>Localização</b>					
Urbano	32,9	43,5	52,2	60,3	73,0
Rural	28,2	34,5	40,0	54,9	62,4
<b>Raça ou Cor</b>					
Branca	36,6	46,2	53,9	63,1	74,7
Preta ou parda	29,2	39,1	47,9	55,1	66,9
<b>Sexo</b>					
Homens	26,1	35,6	45,0	54,2	70,1
Mulheres	36,4	47,4	56,6	66,3	75,0
<b>Ensino Superior (18 a 24 anos)</b>					
<b>Brasil</b>	<b>7,9</b>	<b>9,4</b>	<b>13,8</b>	<b>23,8</b>	<b>52,7</b>
Norte	7,3	10,4	12,4	26,0	54,1
Nordeste	6,6	9,0	13,9	25,0	56,8
Sudeste	9,8	9,4	13,9	22,9	52,1
Sul	11,1	8,7	12,9	24,6	49,6
Centro-Oeste	11,6	11,6	16,1	23,4	56,3
<b>Localização</b>					

Urbano	8,6	9,7	14,4	24,4	53,4
Rural	6,2	8,4	9,6	17,1	34,1
<b>Raça ou Cor</b>					
Branca	10,6	10,8	16,7	28,5	56,8
Preta ou parda	6,6	8,7	11,5	18,2	42,7
<b>Sexo</b>					
Homens	7,0	8,3	11,3	18,3	45,9
Mulheres	8,5	10,6	16,5	30,1	60,0

---


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2009

**Tabela 8A****Taxa Média Esperada de Conclusão no Ensino Fundamental (4ª e 8ª Séries) e Ensino Médio, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação 2005/2006**

Brasil e Regiões	Ensino Fundamental		Ensino Médio
	4ª Série	8ª Série	3ª Série
<b>Brasil</b>	<b>87,6</b>	<b>53,8</b>	<b>66,6</b>
Norte	81,0	40,5	62,7
Nordeste	79,4	38,7	67,7
Sudeste	94,5	66,6	69,3
Sul	95,0	69,1	69,0
Centro-Oeste	88,9	54,2	65,3

Fonte: MEC/INEP/DTDIE.





Ipea – Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da  
Presidência da República